

## QUESTÕES SÓCIO-AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA

Cléia Rubia de Andrade Castro (1;2)

Antônio Fernandes Nascimento Júnior (1;3)

### RESUMO:

Este trabalho tem como objetivo identificar os impactos do processo de desenvolvimento e estruturação urbana no meio ambiente e na formação do cotidiano de Ilha Comprida. Resultados de análise preliminar mostram que as conseqüências de problemas comuns à maioria significativa dos municípios brasileiros assumem ali proporções distintas; além do agravamento de questões como a diminuição da qualidade de vida da população, coloca em risco a sobrevivência de espécies raras ou em extinção e também ameaça a descaracterização da própria cultura das comunidades caiçaras ali existentes.

### ABSTRACT:

This paper aims at identifying the impacts of the process of urban development and structuralization upon the environment and upon the formation of Ilha Comprida's daily routine. After preliminary analysis, the results show that the consequences of problems that are common to most Brazilian cities gain meaningful proportions in Ilha Comprida; besides the aggravation of issues such as the decrease of the population's life quality, the survival of rare, or becoming extinct species is at stake, and the cultural characterization of the fishing communities that live there is threatened.

**UNITERMOS:** Desenvolvimento; Meio Ambiente; Qualidade de Vida.

**KEY - WORDS:** Development; Environment; Life Quality.

---

(1) Programa de Pós-Graduação "Projeto Arte e Sociedade", Área de Concentração - Planejamento Urbano e Regional: Assentamentos Humanos, da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Bauru - SP.

(2) Docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do CESULON - Centro de Estudos Superiores de Londrina - PR.

(3) Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação - FAAC, da Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Bauru - SP.

## INTRODUÇÃO

Para garantir sua sobrevivência e bem estar, o homem, ao longo da história, parte da condição de mero caçador e coletor de alimentos para a de cultivar e posteriormente de industrializar. Na primeira fase, que é denominada por SANTOS (1988) "meio natural", não se registram grandes transformações no ambiente. A partir do avanço tecnológico alcançado, a humanidade vai adaptando-se a sucessivas alterações em seu modo de vida. O momento atual, o "*período técnico científico*" (SANTOS, 1993), resultante do desenvolvimento da ciência, evidencia-se pela criação de novas tecnologias e aprimoramento das existentes.

Esta inversão gradual de valores é proporcional à consolidação do sistema de produção capitalista como gestor da economia mundial, ou seja, o objetivo passa a ser o lucro, e a preocupação com o meio ambiente e a qualidade de vida são relegados a segundo plano. O suporte deste processo, a industrialização, acontece simultaneamente a mudanças radicais nas formas de ocupação dos territórios, resultando numa dependência crescente da exploração dos recursos naturais não renováveis e, conseqüentemente, no surgimento de sérios problemas ambientais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

No aspecto sócio-econômico isto se manifesta com a privatização dos lucros e a socialização dos prejuízos, ou seja, uma minoria privilegiada tem acesso aos mais sofisticados bens-de-consumo, enquanto a maioria significativa da população é obrigada a conviver com a falta de elementos básicos à sua sobrevivência e/ou qualidade de vida.

Os choques culturais são mais um fator em evidência neste processo; a medida em que a nova e dominante visão de mundo começa a se impor sobre as pré-existentes, vai gradualmente modificando-as e levando-as à descaracterização. Isto se materializa na mudança de valores, das formas de construção, apropriação e uso do solo e, por vezes, no conseqüente abandono de hábitos e costumes centenários.

Por outro lado, as tentativas de se chegar a um meio viável de se trabalhar a problemática, constituem o principal objetivo do processo de planejamento urbano, que ao longo deste século vem adotando posturas distintas que reproduzem o momento histórico e o quadro sócio-político e econômico.

Enquanto o urbanismo das primeiras décadas caracteriza-se pela crítica ao ambiente urbano resultante de um processo de industrialização desordenado, o Movimento Moderno tenta reorganizar racionalmente as cidades, utilizando-se dos materiais e técnicas que o novo modo de produção oferece. Já a Pós-Modernidade promove intensa discussão sobre a ilimitada confiança do Movimento Moderno nos pressupostos funcionalistas e na eficácia do desenvolvimento, baseado sobretudo na tecnologia (BARDET, 1990; DEL RIO, 1990; RELPH, 1990; LACAZE, 1993).

Segundo MAGNAVITA (1991), entre as principais preocupações que tendem a orientar os pressupostos da urbanística do século XXI destacam-se: a visão ecológica, o resgate da dimensão cultural e psicológica, a participação popular e o uso do solo urbano. Atualmente, o controle do uso do solo territorial urbano constitui-se ferramenta indispensável para se minimizarem os problemas provocados pela urbanização

acelerada. No aspecto municipal, a lei de zoneamento caracteriza-se no principal instrumento urbanístico para a aplicação das diretrizes do Plano Diretor, que se torna obrigatório para municípios com população superior a 20.000 habitantes a partir de 1988, quando é promulgada a Constituição da República.

O dispositivo constitucional consolida a determinação da política de desenvolvimento urbano como responsabilidade do Poder Público Municipal, isto segundo as diretrizes gerais do Governo Federal e Estadual. Este também define o Plano Diretor como o "*instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana*" e estabelece como seu objetivo "*ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes*" (BRASIL, 1988).

Por outro lado, NOGUEIRA (1994) afirma que "*agora a paz, a felicidade e o bem estar dependem muito da solução dos grandes problemas ambientais*". Estes têm sido objeto de estudos e atuação de um número significativo de cientistas e profissionais. Entretanto, somente nas últimas décadas, a questão emerge como foco de debates em escala mundial; começa a ser incorporada na legislação de vários países, inclusive do Brasil, e também, gradativamente, a fazer parte do cotidiano das pessoas (VILMORIM, 1992; MORI, 1992; PLANTENBERG & Ab'SABER, 1994; MILARÉ, 1994b; KOZMA, 1994; GRINOVER, 1994).

Mesmo havendo consenso de que o equilíbrio entre conservação do meio ambiente e desenvolvimento está vinculado à implantação de modelos de desenvolvimento auto-sustentável, esbarra-se em interesses políticos e econômicos que visam a lucro rápido e a acúmulo de capital e também em direitos adquiridos por lei. Isto gera uma série de conflitos entre os agentes envolvidos e dificuldades para a implantação de soluções realmente compatíveis com as necessidades (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991; MAGALHÃES, 1994).

Relatos de uma série de experiências, no Brasil, Rússia, Alemanha e França (PLANTENBERG & Ab'SABER, 1994; VILMORIN, 1992) mostram que os maiores progressos na luta contra a degradação da natureza são obtidos através de pressões populares. Apesar de referentes a questões específicas, estas experiências são exemplos de que a conscientização em nível social pode gerar inversões significativas na forma de gestão dos territórios.

Como o "*modelo de desenvolvimento*" adotado é o responsável pela configuração espacial (LIPIETZ & LEBORGNE, 1988), pode-se afirmar que a Educação Ambiental deve ser o componente fundamental deste processo, visto ser esta o principal e mais eficaz instrumento de conscientização e resgate da cidadania.

Também é importante salientar que a eficiência de qualquer modelo de desenvolvimento está condicionada à elaboração de instrumentos que viabilizem sua implantação e controle. Assim, é necessária a realização de uma pesquisa aprofundada sobre a realidade local.

Um estudo desenvolvido em 1988 pela Frente Nacional de Ação Ecológica na Constituinte coloca em evidência catorze "*temas críticos ambientais*", entre estes, distinguem-se "*o processo de especulação imobiliária na faixa litorânea*" e a degradação de baías e estuários (PACHECO, 1992).





## METODOLOGIA

A partir de meados do ano de 1994, em oito viagens de estudos ao local, foi desenvolvido o levantamento de dados e da base cartográfica, bem como realizada a pesquisa de campo. Na primeira viagem operacionalizou-se o reconhecimento do local, o início do registro fotográfico e obtenção de informações gerais junto à Prefeitura Municipal.

A análise do quadro resultante da comparação dos estudos conceituais dos elementos identificados, através de observação direta com as informações documentais levantadas e selecionadas no referencial teórico, possibilitou a definição da estratégia metodológica adotada a partir de então.

Para a coleta das informações documentais usadas na elaboração do diagnóstico do Município utilizou-se das seguintes fontes: IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, Fundação SOS Mata Atlântica, e DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente, na cidade de Iguape; Prefeitura Municipal, Secretaria da Ação Social e Casa do Povo em Ilha Comprida; e Secretária do Meio Ambiente, em São Paulo.

A base cartográfica utilizada para o desenvolvimento do trabalho, ou seja, a Planta do Projeto de Ocupação e Preservação de Ilha Comprida e Planta de Localização dos Balneários e Principais Acessos, ambas em escala aproximada de 1:38.000 e datadas de 1994, bem como a Planta do Programa de Macrozoneamento do Complexo Estuarino Lagunar Iguape-Cananéia, em escala aproximada de 1:250.000, com data de 1990, foram fornecidas pela Prefeitura do Município; a Delimitação Cartográfica da APA de Ilha Comprida segundo os Decretos Estaduais nºs 26.881, de 11 de março de 1987 e 28.295, de 21 de março de 1988, na escala 1:50.000, com data de março de 1989, teve como fonte de consulta o DEPRN - Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais da Secretaria do Meio Ambiente, da cidade de Iguape.

Durante a pesquisa em campo foram visitados todos os locais identificados como possível fonte de elementos relevantes para a fundamentação do trabalho. Adotou-se como método a observação direta participante e entrevistas assistemáticas com líderes comunitários e da Administração Municipal, e, como recursos, o registro fotográfico e gravações em fitas K-7.

As informações coletadas foram agrupadas em aspectos físico-territoriais, urbanísticos, sociais e administrativos, conforme a classificação de BORTOLOTTI & FREIRE (1993). Isto possibilitou a identificação de aspectos fundamentais à caracterização do Município, entre outros: sua estruturação; formas de produção espacial e seus impactos sobre o meio ambiente e qualidade de vida; limitações e potencialidades subaproveitadas; principais problemas e tendências futuras.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados levantados permitiram a formação do seguinte quadro sobre a realidade estudada:

Seu espaço natural caracteriza-se num ecossistema singular de mangue e restinga com profunda gradação fitogeográfica, supostamente correspondente às modificações edáficas locais. Esta gradação apresenta paisagens extremas, desde pequenas gramíneas, nas proximidades da orla, até árvores de cinco a seis metros concentradas no interior da Ilha. Neste ambiente encontram-se distribuídos dezenas de sambaquis, revelando a importância arqueológica local.

Por volta de 1950, quando a Ilha passa a ser objeto de exploração imobiliária, tem-se o início de um período em que esta é alvo de especuladores em busca de lucro imediato, sem preocupações com a qualidade de vida ou a preservação do meio ambiente. Inicia-se em sua parte norte, atual sede do Município, que é a mais próxima do continente, um processo de ocupação desordenado que transforma radicalmente a paisagem, desde a face do oceano até o complexo estuarino de Iguape, no interior da Ilha. Dunas, vegetação de restinga e manguezais são totalmente substituídos por loteamentos de traçado ortogonal, inadequados para a topografia local.

A falta de um gerenciamento adequado, agravada pela divisão de seu território entre os Municípios de Iguape e Cananéia, contribui para a venda desordenada de lotes irregulares que chega a um total de 300.000, dos quais somente 70.000 são passíveis de regularização (MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA, 1995).

Neste período porcentagens significativas de sua receita são aplicadas nos Municípios sedes, não retornando para investimentos locais. Isto, aliado à ocupação desordenada, torna críticos problemas como a falta de saneamento e de infra-estrutura, e acelera o processo de degradação ambiental. Acidentes com banhistas, conseqüentes do tráfego de veículos na praia; desmoronamentos e inundações resultantes da implantação de loteamentos sem o respeito às curvas de nível; roubo e retirada de areia de locais inadequados, para aterro de terrenos e/ou recuperação de ruas, entre outros, passam a fazer parte do cotidiano local.

Em 1984 tem início a construção da ponte que liga Ilha Comprida a Iguape. De 1987 a 1990 a obra é paralisada por falta de recursos; atualmente encontra-se embargada pelo Ministério Público de São Paulo, enquadrada entre aquelas, onde o poder público "*deixa de realizar o EIA/RIMA ou o faz de maneira inadequada*" (MILARÉ, 1994<sub>a</sub>). A conclusão da ponte é sinônimo de um ponto final nas dificuldades de acesso à Ilha, já que até o momento o transporte é realizado por balsa, com capacidade e horários limitados. Segundo MILARÉ (1994<sub>a</sub>), "*além de danos aos habitats marinhos, a obra colocava em risco a qualidade de vida na Ilha, como decorrência da ocupação desordenada e descontrolada*".

É impossível mensurar as prováveis conseqüências que um livre acesso poderiam gerar sobre o meio ambiente. Mesmo com as limitações atuais, a Ilha, que conta com uma população fixa de aproximadamente 6.000 habitantes, nas épocas de temporada abriga em média 60.000 pessoas, em feriados como Ano Novo e Carnaval chega a receber 150.000.



Por outro lado, a cultura das comunidades caiçaras, localizadas ao sul da Ilha, já sofre os impactos do desenvolvimento desordenado resultante de uma especulação imobiliária direcionada ao turista. Para o caiçara, este representa uma nova fonte de rendas. Nas temporadas utiliza sua ferramenta de trabalho, o barco, não para a pesca, mas para o transporte dos visitantes.

O novo modelo de vida proporcionado pelo turismo também é constatado na paisagem e nos hábitos cotidianos da comunidade. Porcentagem significativa das propriedades não mais pertence à população tradicional. Os antigos proprietários que ainda permanecem no local, sem outras alternativas e influenciados pela nova cultura, passam a exercer as funções de guardas, faxineiras e zeladores de residências de veraneio.

Ilha Comprida é componente da Área de Proteção Ambiental Federal Cananéia-Iguape-Peruibe, criada pelo Decreto Federal nº 90.347, de 23 de outubro de 1984, que é complementado pelo Decreto nº 91.892, de 06 de novembro de 1985 (BRASIL, 1995). O Decreto Estadual nº 26.881, de 11 de março de 1987, complementado pelo Decreto nº 28.295, de 21 de março de 1988, também transforma seu território em Área de Proteção Ambiental Estadual (ESTADO DE SÃO PAULO, 1987). Isto fornece amparo legal à luta pela preservação do meio ambiente e conseqüentemente a possibilidade de um tratamento mais coerente da problemática.

Sua emancipação à categoria de Município, em 05 de março de 1992 (MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA, 1995) torna real a administração centralizada. Assim tem-se o início da implantação de uma política de controle da especulação imobiliária e também de melhorias de infra-estrutura e saneamento. No entanto, a situação é crítica pelo fato do quadro legal ainda não estar adaptado à realidade local, pela falta de investimentos e também de pessoal habilitado para promover a educação ambiental.

Em 07 de dezembro de 1994, o Município passa a condição de Estância Balneária (MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA, 1995), tomando o quadro mais complexo e colocando em evidência as dificuldades do Poder Público para sua organização e gerenciamento.

Considerando-se as especificidades e contradições que caracterizam a Ilha, pode-se afirmar que as conseqüências de problemas comuns à maioria significativa dos municípios brasileiros, como a carência e/ou implantação inadequada de infra-estrutura urbana e saneamento, especulação imobiliária, incoerência entre as características locais e ocupação e uso do solo e falta de racionalidade na utilização de recursos naturais, assumem ali proporções distintas. Além de agravar problemas como a diminuição da qualidade de vida da população, coloca em risco a sobrevivência de espécies raras ou em extinção, tanto da fauna quanto da flora.

O quadro até aqui apresentado mostra que um tratamento coerente da problemática está vinculado à implantação de um modelo de desenvolvimento que seja resultante de um processo de planejamento racional, que tenha como objetivo o equilíbrio entre os agentes envolvidos e entre preservação do meio ambiente e desenvolvimento. Mesmo sem a obrigatoriedade legal, já que conta com população estimada em 6.000 habitantes, o Município tem o projeto do Plano Diretor em fase de

desenvolvimento, o que caracteriza o principal indicador desta preocupação efetiva em dar um direcionamento coerente à questão.

Entre outras, destacam-se duas experiências positivas para a efetivação deste processo: a primeira foi a implantação do Projeto Tartaric. Este tem como objetivo principal a preservação das tartarugas marinhas e demais espécies nativas a partir da implantação de programas de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental.

A segunda foi a criação da Casa do Povo, que pode ser definida como um ponto difusor das iniciativas sócio-culturais do Município. Suas atividades, além da educação ambiental, vêm promovendo o estímulo à participação popular, que é o elemento fundamental para se chegar a uma gestão administrativa que respeite as necessidades dos diversos agentes envolvidos.

## BIBLIOGRAFIA

- Ab'SABER, A. N. Bases conceituais e papel do conhecimento na previsão de impactos. In: PLANTENBERG, C. M. & Ab'SÁBER, A. N. (orgs.). Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul - Experiências no Brasil, Rússia e Alemanha. São Paulo: USP, 1994, p. 27-49.
- BARDET, G. O Urbanismo. Campinas: Papirus, 1990, 141p.
- BORTOLOTTI, J. B. & FREIRE, L. M. (org.) Metodologia para elaboração de Plano Diretor. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - SEDU. Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR. Divisão de Desenvolvimento e Planejamento Urbano - DDP. Curitiba: Mimeo, 1993, 19p.
- BRASIL, Constituição, 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988, 168p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Área de Proteção Ambiental - APA Federal - Iguape-Cananéia-Petrópolis. Brasília: Imprensa Oficial, 1995.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso Futuro Comum. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, 430p.
- DEL RIO, V. Introdução ao desenho urbano no processo de planejamento. São Paulo: Pini, 1990, 198p.
- ESTADO DE SÃO PAULO. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Meio Ambiente. Área de proteção ambiental: Ilha Comprida. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado S. A. IMESP, 1987.
- GRINOVER, L. O desenvolvimento urbano e territorial e os parâmetros ambientais. In: MAGALHÃES, L. E. (Coord.) A questão ambiental. São Paulo: Terragraph, 1994, p. 243-260.



- HIDALGO, R. R. S. Programa de desenvolvimento sustentável, gestão e educação ambiental para a conservação das tartarugas marinhas e do Complexo estuarino lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá. Ilha Comprida: Mimeo, 1995. 10p.
- KOZMA, M. A. A questão dos assentamentos humanos e o meio ambiente. In: MAGALHÃES, L. E. (coord.) A questão ambiental. São Paulo: Terragraph, 1994, p. 261-283.
- LACAZE, J. P. Os métodos do urbanismo. Campinas: Papyrus, 1993, 129p.
- LIPIETZ, A. & LEBORGNE, E. O pós fordismo e o espaço. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: n. 25, 1988, p.12-29.
- MAGALHÃES, L. E. (coord.) A questão ambiental. São Paulo: Terragraph, 1994, 345p.
- MAGNAVITA, P. R. Reflexões sobre ideologia, pós modernidade e desenho urbano. In: PROJETO - Revista brasileira de arquitetura, planejamento, desenho industrial, construção. São Paulo: Projeto Editora Associados, n. 148, dez. 1991, p. 69-72.
- MATTOS, N. S. A região lagunar-estuarina de Iguape-Cananéia-Paranaguá. In: Programa de Educação Ambiental do Vale do Ribeira. 2 ed. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992, p. 85-118.
- MILARÉ, E. A participação comunitária na tutela do ambiente. In: MAGALHÃES, L. E. (Coord.) A questão ambiental. São Paulo: Terragraph, 1994, p. 11-31.
- \_\_\_\_\_ Estudo prévio de impacto ambiental no Brasil. In: PLANTENBERG, C. M. & Ab'SÁBER, A. N. (orgs.). Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul - Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: USP, 1994, p. 51-83.
- MORI, K. K. Estudos de Impacto Ambiental - EIA - algumas considerações. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: n. 35, 1992, p. 56-61.
- MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA. Prefeitura Municipal de Ilha Comprida. História. Ilha Comprida: Mimeo, 1995.
- NOGUEIRA, P. Surge uma nova ideologia. In: MAGALHÃES, L. E. (coord.) A questão ambiental. São Paulo: Terragraph, 1994, p. 5-9.
- PACHECO, R. S. et. al. Atores e conflitos em questões ambientais urbanas. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: n. 35, 1992, p. 46-51.
- PLANTENBERG, C. M. & Ab'SÁBER, A. N. (Orgs.). Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul - Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha. São Paulo: USP, 1994. 569p.
- RELPH, E. A paisagem urbana moderna. Lisboa: Edições 70, 1990, 245p.

- SANTOS, M. O meio técnico científico e a urbanização no Brasil. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: n. 25, 1988, p. 58-62.
- \_\_\_\_\_. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico científico. In: PAVIANI, A. (Coord.). A questão epistemológica da pesquisa urbana e regional. Brasília: 1993, p. 9-21.
- VILMORIN, C. Política ambiental e estratégias territoriais na França. In: Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: n. 35, 1992, p. 26-34.